

## Panorama das Rádios Comunitárias de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>

Hélder Samuel dos Santos LIMA<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### RESUMO

Neste levantamento exploratório apresentamos um panorama do cenário da radiodifusão sonora comunitária no estado de Mato Grosso do Sul. A partir do subsídio do método da cartografia, identificamos 77 emissoras em operação nos 67 municípios sul-mato-grossenses. Além do levantamento geográfico, que visa mapear a localização destas estações, buscou-se identificar os recursos de convergência adotados por estas emissoras a fim de atrair audiências que convivem diariamente num cenário multiplataforma, comuns em estações comerciais. Embora imersas no ambiente de convergência com presença significativa na web e em mídias sociais com perfis e *fan pages* no *Facebook*, *Instagram*, sites institucionais e canal no *Whatsapp* para interatividade com ouvintes, o panorama revela que estas estações operam de forma amadora e pouco exploram os recursos disponíveis nestas plataformas, mantendo uma grade de programação essencialmente musical com pouco espaço para o jornalismo local e programas que atuem na ressonância dos interesses da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** cartografia; rádios comunitárias; Mato Grosso do Sul; convergência.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, as rádios comunitárias têm uma trajetória de luta e mobilização cujo intuito é servir de instrumento na democratização da Comunicação Social, assegurando aos cidadãos a liberdade de expressão por meio da reverberação de vozes díssonas do poder constituído que domina e controla a mídia tradicional. A regulamentação do setor se deu em 1998, somente dez anos após a promulgação da Constituição Brasileira e o restabelecimento da ordem democrática no País.

Neste artigo, apresentamos um mapeamento preliminar das emissoras de rádio comunitárias em atividade no estado de Mato Grosso do Sul realizado de 4 a 29 de janeiro de 2021. Este levantamento faz parte de uma das etapas de pesquisa exploratória sobre a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Comunicação pela UFMS, Técnico-Administrativo em Educação na UFMS, e-mail: [helder\\_jorn@hotmail.com](mailto:helder_jorn@hotmail.com)

---

configuração do radiojornalismo local em emissoras sul-mato-grossenses que recentemente cartografou as emissoras comerciais e educativas (LIMA e DEL BIANCO, 2021).

Para tabulação dos dados das emissoras comunitárias, o levantamento recorreu ao Sistema de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e bases secundárias tais como: Portal Rádios.Com e Tudo Rádio, sites das próprias emissoras, quando existentes; perfis ou páginas em mídias sociais, além de informações fornecidas por representantes de assessorias de imprensa dos municípios nos quais as emissoras foram identificadas. Além do mapeamento, retomamos o histórico da implantação das rádios comunitárias no Brasil, bem como apresentamos uma discussão teórica acerca dos termos comunitária, popular e alternativa sob a perspectiva dos estudos de Mídia Comunitária de Cicília Peruzzo.

### **Comunicação de muitas vozes: uma revisão de conceitos**

A infinidade de termos utilizados por pesquisadores brasileiros e internacionais no intuito de definir um modelo de Comunicação no qual as vozes se voltam para a coletividade, nos leva a uma revisão nas produções de Cicília Peruzzo (1998, 2006, 2008) que apresenta os conceitos de comunicação popular, alternativa e até chegar à definição de comunitária no Brasil, representada neste estudo pela mídia rádio.

De acordo com a pesquisadora, a comunicação popular surgiu no final da década de 1970 e vigorou até a década de 1980 por meio dos movimentos populares que se viam oprimidos por regimes militares que governavam de forma autoritária não somente o Brasil, mas uma realidade também de outros países da América Latina (PERUZZO, 1998). Na época, a liberdade de expressão era restrita apenas aos meios de comunicação hegemônicos que possuíam linha editorial afinada com o regime político vigente.

De acordo com Ferraretto (2001), durante o período do regime militar no Brasil, os meios tradicionais viviam sob autocensura, tendo em vista que além das ameaças da perda de concessão, no caso de rádio e TV, a publicidade do governo se constituía numa forma de controle dos meios. “A possibilidade de perder estas verbas publicitárias fez com que muitas rádios omitissem fatos que poderiam ofender aos donos do poder” (FERRARETTO, 2001, p. 154).

---

Na tentativa de levantar demandas sociais da coletividade, classes populares criaram meios de expressão alternativos através de panfletos, alto falantes, jornais artesanais entre outros, a fim de contrapor às mídias hegemônicas tradicionais. Para Peruzzo (2008), embora haja termos distintos de definição do modelo de comunicação que se contrapõe aos meios hegemônicos, a maioria apresenta o mesmo sentido político, por remeter a uma “forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política” (PERUZZO, 2006, p.02).

Na ótica de Peruzzo (2008), a comunicação comunitária se configura como um modelo de prática comunicacional tendo como referência os seguintes elementos: inexistência de fins lucrativos, participação ativa da esfera civil de forma horizontal (participantes produzem, dialogam e difundem), a propriedade do veículo é coletiva (controladas por associações, fundações, organizações e movimentos sociais sem fins lucrativos), a difusão dos conteúdos visam desenvolver a educação e a cultura, além de ampliar a cidadania. Integrantes do modelo de comunicação comunitária, as rádios comunitárias na visão de Nunes (2004):

[... ] asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação e assim por diante (NUNES, 2004, p.61).

O conceito de Nunes (2004) se aproxima da caracterização apresentada por Peruzzo. Para a pesquisadora, os principais aspectos predominantes numa rádio comunitária são: sem fins lucrativos, é produto da comunidade, favorece uma programação interativa com a participação direta da população ao microfone e até produzindo e transmitindo seus próprios programas, valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais local, apresenta compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação e democratiza o poder de comunicar da própria comunidade (PERUZZO, 1998b). Estes elementos, inclusive, são similares ao que está previsto na legislação que institui o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil.

---

## **Das rádios livres às comunitárias: um breve resgate histórico**

Embora constituídas legalmente em 1998, as rádios comunitárias possuem um longo percurso no Brasil que remonta a década de 1970. Originalmente denominadas “rádios livres”, as emissoras tinham características próximas às rádios comunitárias que estão em pleno funcionamento na atualidade. Denominadas de forma pejorativa como rádios “piratas” ou “clandestinas”, essas emissoras foram assim inicialmente denominadas por não operarem legalmente a partir da autorização de concessões pelo Governo Federal, e sofreram diversas sanções e punições como apreensão de equipamentos e detenção de dirigentes.

O primeiro registro de rádio livre no Brasil remete a Rádio Paranóica de Vitória (ES), em outubro de 1970 (PERUZZO, 1998). De acordo com Ferraretto (2001), a emissora operava em Amplitude Modulada (AM) na faixa de 1.494 kHz por um estudante de 16 anos e foi fechada pela Polícia Federal numa operação em 2 de fevereiro de 1971, ocasião em que houve apreensão dos equipamentos. Na década de 1980, com o enfraquecimento do regime militar e a possibilidade de restauração da democracia no Brasil, o número de emissoras livres com viés político ideológico foi crescendo de forma mais aberta no intuito de engajar-se em disputas eleitorais (MOREIRA, 1998).

De acordo com Ferraretto (2001, p.188), os contornos políticos das rádios livres, em meados da década de 1980, tinha como objetivo “expressar posicionamentos cerceados pela grande mídia”. Em 1989, representantes de dez estados participaram do I Encontro Nacional de Rádios Livres em São Paulo sob a coordenação da União Nacional dos Estudantes (UNE). O evento culminou na formação do Coletivo Nacional de Rádios Livres e posteriormente a Frente Parlamentar que deu origem ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC). (FERRARETTO, 2001).

De acordo com Luz (2011), as rádios livres passaram a se transformar em rádios comunitárias após militantes que faziam rádios livres perceberem que havia na América Latina experiências de rádios comunitárias e um movimento por rádios comunitárias no mundo. No entanto, de acordo com o pesquisador, até meados de 1990 as rádios que existiam no País eram uma mistura de livres e comunitárias.

A pressão para o fechamento e punição dos agentes que operavam as rádios livres vinham principalmente de órgãos do governo e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), entidade que representa os radiodifusores comerciais. A

---

principal alegação remete à interferência no sinal das estações constituídas legalmente e ao sistema de comunicação de aeronaves. Conforme Peruzzo (1998), por trás da interferência do sinal, havia a disputa da concorrência por ouvintes e anunciantes das emissoras comerciais.

Durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro das Comunicações Sérgio Motta recebeu, em 10 de abril de 1995, representantes de rádios livres e comunitárias e firmou compromisso de regulamentar estas emissoras (PERUZZO, 1998). Em novembro de 1995, por meio do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, foi realizado o I Encontro Nacional de Radiodifusão livre e comunitária no Rio de Janeiro.

A iniciativa chegou à conclusão de que era necessário defender no Congresso Nacional uma lei que regulamentasse as rádios comunitárias. Embora o coletivo tivesse ciência de que uma legislação aprovada por parlamentares detentores de concessões de emissoras comerciais ou vinculados a grupos hegemônicos de mídia, não seria a ideal, “prevaleceu, porém, o argumento de que era melhor ter uma lei “ruim” do que não ter nada” (LUZ, 2011, p.59), ou a ter que se manter na ilegalidade.

Em dezembro de 1996, oito projetos foram apresentados na Câmara dos Deputados visando à regularização, dentre os quais o enviado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Considerando que o primeiro projeto fora protocolado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), conforme Luz (2011), todos os demais foram incorporados ao inicialmente proposto. Até a aprovação e sanção pelo presidente da lei regulamentadora, vários embates foram travados no Congresso Nacional.

De acordo com Luz (2011), o Governo Federal, enquanto representante do Estado, cedeu às pressões de representantes das mídias hegemônicas e permitiu que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) fosse definidora da lei que regulamentava rádios cujo intuito inicial era ser instrumento democrático a serviço da sociedade.

Entre avanços e retrocessos, apenas 10% dos itens definidos por representantes do coletivo em prol da Democratização da Comunicação foram aprovados e integraram a legislação das rádios comunitárias. Costa (2010, p.4) explica que “no período da tramitação da lei, 70% dos membros da Comissão no Congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão”, o que justifica perfeitamente as

restrições impostas pela esfera política na elaboração de normas regulamentadoras para este tipo de emissora.

### **Panorama das Rádios Comunitárias em Mato Grosso do Sul**

A partir do levantamento no Sistema de Controle de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (SRD-ANATEL, 2021), identificamos 90 canais disponíveis para operar na modalidade comunitária em Mato Grosso do Sul. No entanto, conforme pode ser observado na tabela 1, nem todas as estações estão aptas a operar.

**Tabela 1 – Situação das Emissoras Comunitárias de Mato Grosso do Sul**

Fase / Situação	Total de Emissoras
Licenciada (Instalada e licenciada)	32
Licença Provisória (instalada e licenciada)	7
Licenciada (em estudo aguardando Ato RF)	17
Licença Provisória (sem pendência aguarda Ato de RF)	1
Licenciada (Aguarda licença alterou razão social)	2
Licença Provisória (aguardando licenciamento)	2
Licenciada (cadastramento com pendência)	22
Outorgada	7
Total	90

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com informações da Anatel

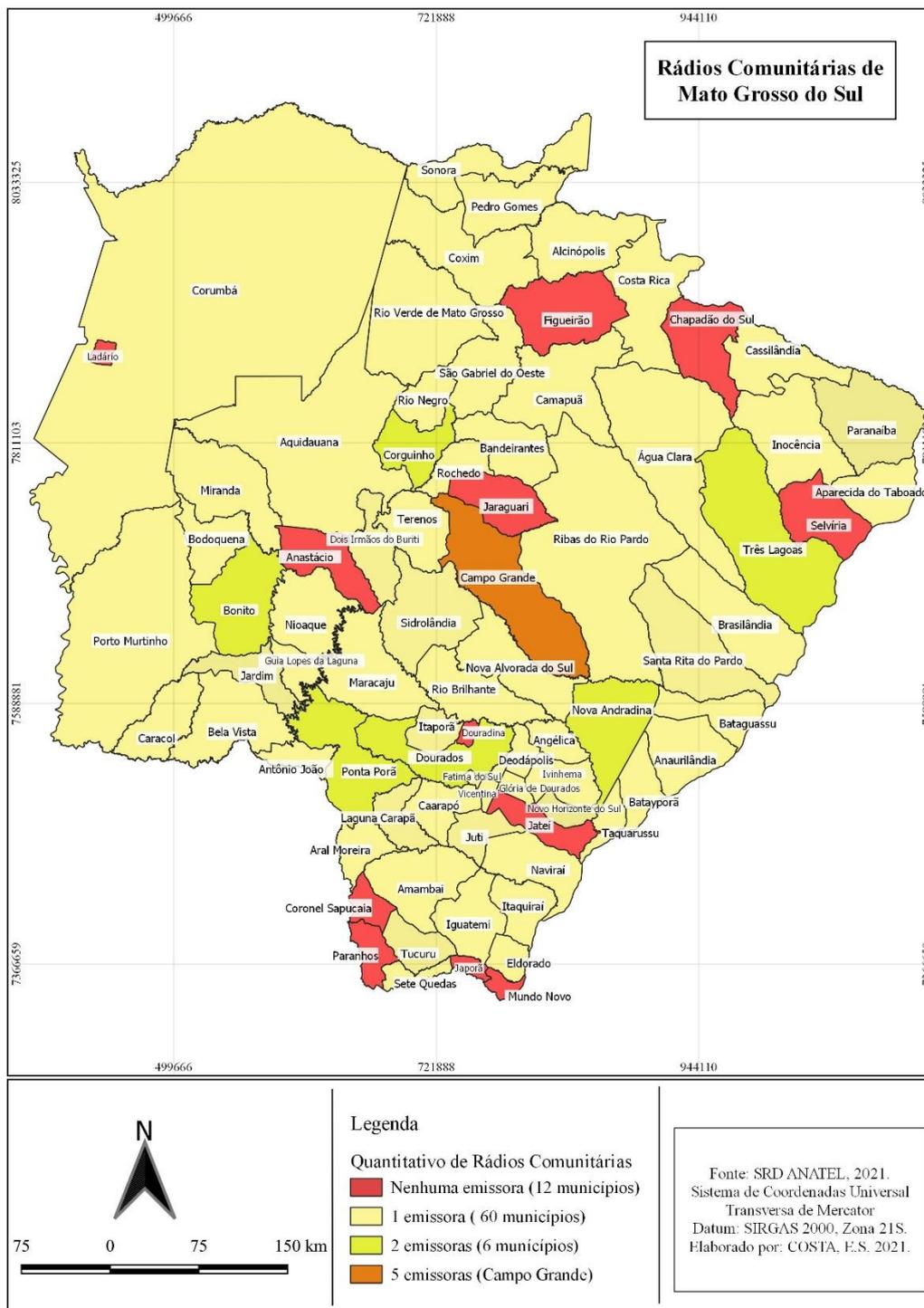
A tabela 1 revela que há em Mato Grosso do Sul, conforme levantamento na base de dados da Anatel, 32 emissoras comunitárias enquadradas na fase de licenciadas e cuja situação indica que estão instaladas, ou seja, autorizadas pelo órgão regulador a operar na faixa de Frequência Modulada (FM) em baixa potência. Os dados revelam também que há sete estações instaladas, porém com licença provisória, ou seja, aguardando a autorização definitiva do órgão regulador.

Além destas, há ao menos 20 emissoras licenciadas ou com licença provisória aguardando a emissão do Ato de Radiofrequência que prorroga a autorização para o uso da radiofrequência, ou seja, na prática renova a permissão para que a emissora esteja no ar. É possível notar ainda, conforme dados da tabela 1, que praticamente um terço dos canais previstos para Rádio Comunitária em Mato Grosso do Sul encontram-se com pendências junto ao órgão regulador ou aguardam licenciamento para operar.

No entanto, a partir de busca efetiva em bases de dados secundárias, observa-se que o número de emissoras comunitárias em funcionamento é majoritariamente superior àquelas licenciadas pela Anatel. Conforme levantamento em fontes secundárias tais como

perfis em redes sociais como Facebook e Instagram, sites institucionais das próprias emissoras e em canais alternativos que hospedam a transmissão da programação como Rádios.Com.br e Tudo Rádio, observamos que há 77 emissoras comunitárias em operação em 67 municípios do estado, conforme Mapa 1.

**Imagem 1 – Mapa das Rádios Comunitárias de Mato Grosso do Sul**



---

A partir do cruzamento dos dados obtidos em bases secundárias com os dados oficiais obtidos no Sistema da Anatel, observou-se que 12 municípios não possuem emissoras na modalidade comunitária: Anastácio, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Douradina, Figueirão, Japorã, Jaraguari, Jateí, Ladário, Mundo Novo, Paranhos e Selvíria<sup>3</sup>.

Observamos também que a imensa maioria dos municípios, 61 ao todo, possuem apenas uma emissora de rádio comunitária e sete municípios possuem mais de uma estação nesta modalidade, dentre os quais: Bonito, Corguinho, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas com duas emissoras; e a capital Campo Grande com cinco em operação.

Considerando que nesta etapa da pesquisa em desenvolvimento sobre o rádio local sul-mato-grossense abordamos especificamente as emissoras comunitárias, faz-se necessário pontuar que há municípios do estado que embora não possuam emissoras comunitárias, são contemplados por rádios locais na modalidade comercial.

Na cartografia geral da radiodifusão sonora sul-mato-grossense, apontamos que apenas Figueirão, Jaraguari, Douradina, Jateí e Japorã não possuem emissora de rádio de modalidade alguma, resultando no que denominamos por desertos radiofônicos (LIMA e DEL BIANCO, 2021).

Neste levantamento, é interessante notar que embora haja cidades sem cobertura radiofônica, por outro lado identificou-se a presença de emissoras comunitárias contemplando a área rural de alguns municípios como é o caso da Rádio Clube 104,9 de Nova Andradina situada no distrito de Nova Casa Verde<sup>4</sup> e a FM Anhanduí 106,3 de Campo Grande, instalada no distrito de Anhanduí<sup>5</sup> às margens da BR-163.

---

<sup>3</sup> Embora estes municípios não contem com estações comunitárias atualmente, o Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária (PNO Radcom) prevê o licenciamento de emissoras para Chapadão do Sul, Figueirão e Jateí (BRASIL, 2018).

<sup>4</sup> O distrito de Nova Casa Verde está situado a 60 quilômetros do perímetro urbano do município de Nova Andradina e é cortado pelas rodovias MS-134 e BR-267. Foi criado Pela Lei n.º 241, de 31 de outubro de 2000 (IBGE, 2021).

<sup>5</sup> Situado às margens da BR-163, rodovia que corta o Mato Grosso do Sul de Norte a Sul entre Sonora na divisa com o estado de Mato Grosso e Mundo Novo na divisa com o estado do Paraná, o distrito de Anhanduí vivencia um crescente processo de desenvolvimento favorecido pela proximidade com a capital Campo Grande, cerca de 60 quilômetros. Dentre atividades econômicas, destacam-se as produções leiteiras e artesanal (ARRUDA, 2007). No censo de 2010, apresentava uma população de 4.267 habitantes (PLANURB, 2020).

---

Neste mapeamento preliminar, buscamos inicialmente identificar quais os recursos da convergência tecnológica foram adotados pelas rádios comunitárias sul-mato-grossenses. Esta investigação se justifica pela aproximação que a noção de convergência proposta por Jenkins (2009) tem com a finalidade inicial das rádio comunitárias de contrapor a mídia hegemônica a medida em que se torna um canal de maior interação e participação entre as audiências.

De acordo com Jenkins (2009 p.325), na convergência o conteúdo “flui por vários canais”, ou seja, está presente em multiplataformas. Lopez (2010) ao definir como radiojornalismo hipermediático a fase em que o rádio agrega novas formas de interação antes restrito às cartas e ao telefone comum, ganha agora os recursos do e-mail, dos formulários de fale conosco, disponíveis nas páginas institucionais das emissoras, e por último, aplicativos de mensagens instantâneas de dispositivos móveis.

Jenkins (2009) reforça que a convergência, além de garantir múltiplos modos de acesso, tem como característica principal a “elevada interdependência de sistemas de comunicação”, ou seja, o conteúdo flui de forma horizontal em “direção a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e a cultura participativa, de baixo para cima” (JENKINS, 2009, p.325), reforçando o caráter de interação e participação, comum nas rádios e TVs comunitárias ou alternativas.

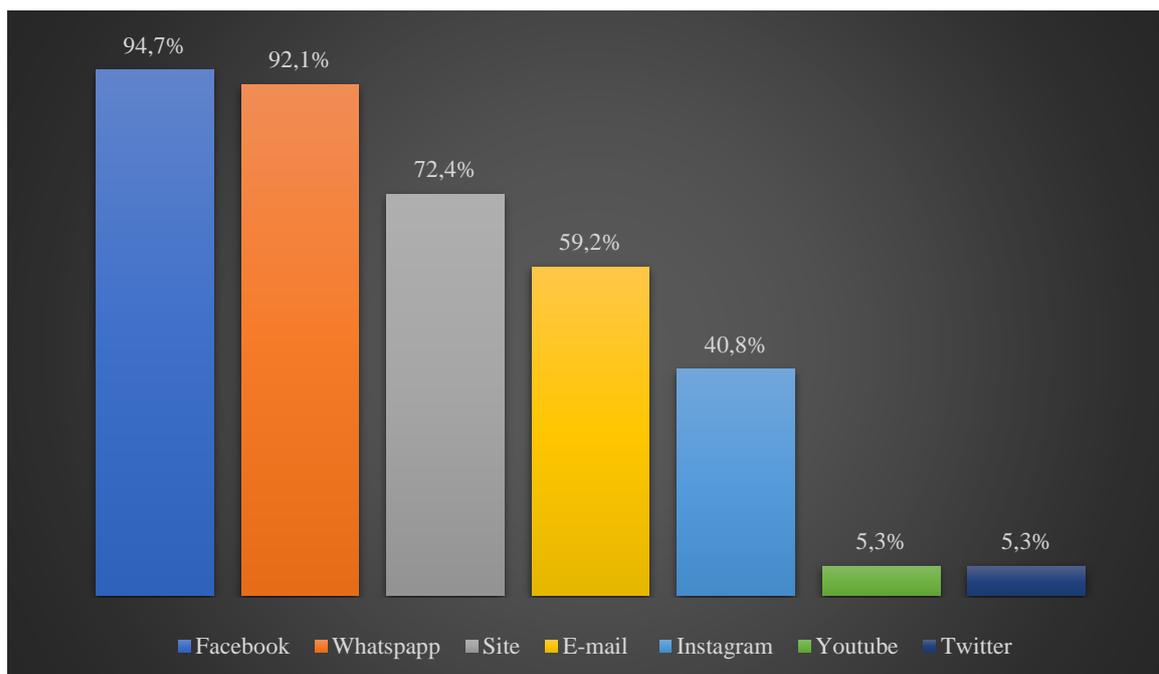
Desde 2013, segundo Kischinhevsky (2016) inúmeras estações de rádio brasileiras adotaram o *Whatsapp* como recurso que ampliou a interação entre emissoras e audiências. De acordo com o pesquisador, além de emitir opinião sobre temas levantados em programas radiofônicos, o *Whatsapp* permitiu com que ouvintes colaborassem “com a produção jornalística, prestando informações voluntariamente ou auxiliando na circulação dos conteúdos veiculados on-line e off-line” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 55).

Além de mapear as emissoras comunitárias que possuem site próprio e e-mail institucional, buscamos identificar o percentual de emissoras que possuem perfis em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, além de *Whatsapp* para interatividade com as audiências.

O Gráfico 1 abaixo revela que o Facebook é o recurso de convergência predominante nas estações comunitárias de Mato Grosso do Sul. A ferramenta é utilizada seja através de perfis ou *fan pages* por 72 das 77 emissoras em operação, o que

corresponde a 94,7% das rádios mapeadas, muitas delas restritas apenas a compartilhamentos de notícias de sites próprios ou de terceiros. Raras são as emissoras que recorrem a transmissão ao vivo de *lives* da programação na página do Facebook e algumas delas raramente atualizam seus perfis.

**Gráfico 1 – Recursos de convergência nas Rádios Comunitárias de MS**



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, o *Whatsapp* é o segundo recurso de convergência com presença significativa nas estações comunitárias de Mato Grosso do Sul. A ferramenta é utilizada por 70 delas, o que corresponde a 92,1% das emissoras mapeadas em funcionamento.

Chama a atenção a presença significativa no Facebook, superior a emissoras que possuem sites institucionais próprios, representadas por 55 estações o que corresponde a 72,4% do total. Dentre as rádios que possuem sites institucionais, a grande maioria utiliza este recurso para transmitir simultaneamente na web a programação já veiculada nas ondas hertzianas.

Em menor proporção, 45 emissoras utilizam o e-mail institucional como recurso de interatividade com as audiências, o que corresponde a 59,2% das emissoras cartografadas. Na sequência, o Instagram está presente em 31 emissoras, o que

---

corresponde a 40,8% das estações em operação. Das rádios mapeadas, apenas 4 possuem contas no Twitter ou canal no Youtube, embora sem atualização regular.

### **Programação das Rádios Comunitárias: panorama preliminar**

Traçar o perfil de programação adotado por rádios que atuam na modalidade comunitária no estado de Mato Grosso do Sul tem se constituído no maior desafio da pesquisa que desenvolvemos acerca da configuração do radiojornalismo local interiorano. Além da precariedade na disponibilização de dados nos portais institucionais das emissoras, destacamos também a dificuldade de estabelecer contato com dirigentes e representantes das associações mantenedoras das estações comunitárias.

Dentre as 77 emissoras em operação, apenas 55, ou seja 71,4% do total, apresentavam dados sobre a programação em seus portais institucionais ou cadastrados em sites que hospedam a transmissão da programação como Rádios.Com.br e Tudo Rádio.

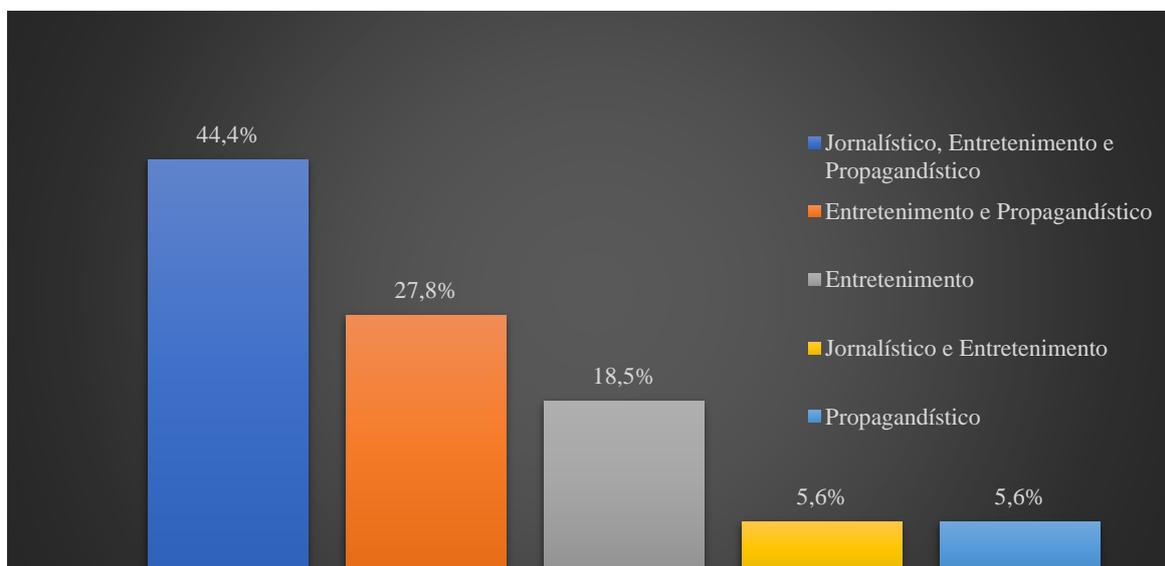
Por apresentarem diferenças significativas em relação às comerciais no que diz respeito a marcos regulatórios tanto de programação quanto de operacionalização, as rádios comunitárias tendem a atuar num segmento diferenciado. De acordo com Ferraretto (2014), as emissoras de rádio brasileiras operam em segmentos distintos a fim de contemplar as audiências. Dentre os principais estão: jornalístico, popular, musical, comunitário, cultural e religioso, embora não seja raro encontrar emissoras do interior sul-mato-grossense com grades de programação cujo conteúdo visa atender mais de um segmento, inclusive as comunitárias.

Para o autor, as rádios que atuam no segmento comunitário possuem ou pelo menos deveriam possuir um modelo de programação voltado para “o entorno de onde a emissora atua”, adotando, segundo ele, “uma linha de trabalho extremamente afinada com a formação da cidadania, o desenvolvimento da autoestima e a resolução de problemas da comunidade: do bairro ou do grupo de bairros, na zona urbana, ou mesmo de um assentamento agropastoril” (FERRARETTO, 2014, p.52).

Nas rádios comunitárias sul-mato-grossenses, no entanto, conforme identificamos nesta análise preliminar, a programação pode ser definida como eclética a partir de um “conjunto de programas buscando agradar a vários tipos de ouvintes” (FERRARETTO, 2014, p. 68). A partir da categorização dos programas das emissoras comunitárias sob a

ótica dos Gêneros Radiofônicos proposta por Barbosa Filho (2009), observamos que há programas nos gêneros jornalísticos, entretenimento e publicitário, conforme o Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Principais gêneros identificados nas rádios comunitárias**



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para a construção do Gráfico 2 e categorização do gêneros observáveis nas emissoras comunitárias, a amostragem foi formada por 55 emissoras, dentre as 77 em operação. Assim, identificou-se que 24 ou 44,4% das emissoras mesclam, em sua grade diária, programas dos gêneros jornalístico, entretenimento e propagandístico.

Já o segundo grupo de 15 emissoras comunitárias reúne programas categorizados nos gêneros entretenimento e propagandístico, correspondendo a 27,8% do total analisado. Na sequência, 18,5% das emissoras apresentam exclusivamente programas de entretenimento; 5,6% mesclam programas informativos do gênero jornalístico com programas musicais do gênero de entretenimento e 5,6 são essencialmente religiosas, sendo categorizadas como emissoras propagandísticas por difundirem preceitos e ideias de determinada doutrina religiosa (BARBOSA FILHO, 2009).

Dentre os formatos identificados na grade de programas das emissoras estão programas musicais, programas religiosos, programas esportivos, programas com conteúdo informativo, embora a partir de iniciativas amadoras de radiojornalismo; programas com comunicadores populares, os famosos *talk show* onde além de hits musicais, há informações de celebridades, notícias policiais, e prestação de serviço, este último que se aproxima da proposta de programação no rádio comunitário na medida em

que além de informações básicas de previsão de tempo, agenda cultural, “há uma constante intermediação da rádio e de seus comunicadores na resolução de problemas da população” (FERRARETTO, 2014, p.69), relativos em geral sobre a prestação de serviços públicos por órgãos da localidade.

### Imagem 2 – Principais Formatos identificados por grupo de Emissoras



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os dados do Gráfico 2 e Imagem 2 revelam que a grande maioria das emissoras comunitárias de Mato Grosso do Sul apresentam um caráter heterogêneo de programação em que combinam na grade diária os gêneros propagandístico, jornalístico e entretenimento a partir de programas informativos, esportivos, musicais, religiosos, populares e de comunicadores, com ênfase na prestação de serviço e diálogo com a comunidade.

Dentre as iniciativas identificadas nesta fase preliminar, voltadas a prestação de serviços, está o *Bronca do Eli*, gerado em Campo Grande a partir do estúdio na sede da Revista Impacto, porém transmitido em rede para duas emissoras do estado a Segredo FM de Campo Grande e a Diamante FM de Corguinho.

Na FM Segredo há também o programa *O Povo Fala* voltado para atender as demandas da região urbana do Segredo<sup>6</sup> na capital do estado. No interior, destacam-se *A voz de Bodoquena* na FM Serra da Bodoquena 104,9; *Comunidade em Ação e Espaço Livre* na Rádio Gideões do Canaã 87,9 FM de Dourados, *Direto ao Ponto* da Kativa FM de Rio Brillante. Em Porto Murtinho, na Guaicurus FM, um dos programas comunitários mais próximos da proposição de Peruzzo (1998b) denominado *Fala Murtinho* abre espaço para que representantes da comunidade apresentem os reclames do serviço público

<sup>6</sup> A região urbana do Segredo em Campo Grande possui uma população de 108.962 habitantes, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, e engloba os seguintes bairros: Coronel Antonino, José Abrão, Mata do Segredo, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima e Seminário (PLANURB, 2020).

---

na localidade, embora estas iniciativas não sejam unânimes nas rádios analisadas nesta fase da pesquisa.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa exploratória sobre o panorama da radiodifusão comunitária em Mato Grosso do Sul, ainda que não apresente dados definitivos, traz indícios parciais da configuração deste modelo de comunicação desenvolvido no estado. A partir do levantamento nas 77 emissoras em operação, observou-se que embora haja presença significativa na web com sites institucionais, perfis e *fan pages* no *Facebook*, além de canal no *Whatsapp* para interatividade com as audiências, há um cenário de amadorismo no uso destas mídias por estas estações.

Ainda que boa parte esteja imersa no ambiente de convergência tecnológica, pouco exploram os recursos disponíveis por estas plataformas e o uso das mídias sociais se dá de forma rudimentar. Dentre as emissoras que possuem *fan page* ou perfil no Facebook, raras são as que mantêm o canal atualizado constantemente e a transmissão da programação a partir de recursos audiovisuais é praticamente inexistente.

Conforme bem pontuou Del Bianco (2012), apresentar *fan page* ou perfil no Facebook representa um primeiro passo para emissoras de rádio aderirem ao ambiente de convergência tecnológica. Porém, se faz necessário que “a produção do seu conteúdo seja visto por muitos, o que implica entregar o conteúdo formatado para aquele suporte” (DEL BIANCO, 2012, p.29).

A análise preliminar da programação aponta que as emissoras apresentam predominantemente programas do gênero entretenimento essencialmente musicais, algo singular de emissoras comerciais e que não deveria em tese, ser a finalidade de rádios comunitárias. Embora presente em 27 das 55 emissoras mapeadas com informações sobre a programação, não é possível elucidar, nesta etapa preliminar, se os programas informativos atendem aos anseios da comunidade e do território de pertencimento, o que requer Análise de Conteúdo da programação.

Assim, observamos preliminarmente que o princípio norteador das rádios comunitárias, conforme elencaram Peruzzo (1998b) e Ferraretto (2014), pouco tem se observado nas rádios de Mato Grosso do Sul. As estações analisadas apresentam perfil de programação semelhante ao de estações comerciais, num modelo de subalternidade ao

---

regime capitalista, a partir do modelo de programação vigente nestas emissoras. Assim, o debate acerca dos problemas sociais da localidade, a partir de programas que atuem na ressonância dos interesses coletivos da comunidade, ainda são escassos.

## REFERÊNCIAS

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB. 27. ed. rev. Campo Grande, 2020. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2020/10/PERFIL-COMPLETO-PDF.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Perfil socioeconômico do distrito de Anhanduí e idéias para o seu desenvolvimento**. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Outorgas 2018/2019 Radiodifusão Comunitária**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/media/arquivos-serad/radcom-pno-2018-2019.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

COSTA, Mauro Sá Rego. **Rádios Livres e Rádios Comunitárias no Brasil**. In: Revista Periferia: Educação, Cultura e Comunicação; v. 2, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/periferia.2010.3444>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DEL BIANCO, N. R. **Rádio e o cenário da convergência tecnológica**. In: O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. DEL BIANCO, N. R. (org.). São Paulo: INTERCOM, 2012. p. 16 -37.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rádio: Teoria de Prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

IBGE. **Cidades. Brasil: Mato Grosso do Sul – Nova Andradina**, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/historico>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Susana L. de Alexandria. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KISCHINHEVSKY, M. **Rádio e Mídias Sociais: Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2016.

---

LIMA, H. S. S.; DEL BIANCO, N. R. **Cartografia das Rádios de Mato Grosso do Sul**: uma categorização preliminar a partir dos gêneros radiofônicos. In: Anais do XIV Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação. Goiânia, 2021. Disponível em: <  
[https://drive.google.com/file/d/1SYgK1G\\_GTieDmYrqDoLQeOwV3OY4EVwA/view](https://drive.google.com/file/d/1SYgK1G_GTieDmYrqDoLQeOwV3OY4EVwA/view)  
>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. LabCom Books, 2010. Disponível em: <[http://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20110415-debora\\_lopez\\_radiojornalismo.pdf](http://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LUZ, Dioclécio. **Radiojornalismo nas Rádios Comunitárias**: conceitos e práticas. 2011. 314 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8584/1/2011\\_Dioclecio%20Ferreira%20da%20Luz.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8584/1/2011_Dioclecio%20Ferreira%20da%20Luz.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Editora Mil Palavras, 1998.

NUNES, Márcia Vidal. **As Rádios Comunitárias nas campanhas eleitorais**: exercício da Cidadania ou instrumentalização (1998-2000). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 22, p. 59-76, June 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a06.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Mídia Comunitária**. Comunicação e Sociedade: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMEP, n. 30, p. 141- 156, 1998a. Disponível em: <  
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7874/6801>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. In BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação [Online], 1998b. Disponível em: <  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. **Anais** (online). Disponível em: <  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados**. In: Reelaborações no setor. Palavra Clave, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, pp. 367-379. Disponível em: <  
<https://palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>>. Acesso em: 18 nov. 2020.